

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

TERMO DE REFERÊNCIA

MPRJ**CSI****COORDENADORIA DE
SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA**

Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de recarga de aparelhos extintores de incêndio com manutenção, fornecimento e substituição de peças, bem como de realização teste hidrostático em mangueiras de incêndio.

Procedimento SEI 20.22.0001.0009422.2026-44

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETO	3
3.	CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	3
4.	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO	4
5.	DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	10
6.	DA EXECUÇÃO DO OBJETO	11
7.	DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.....	12
8.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	12
9.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	13
10.	OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	15
11.	DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
12.	DA INCIDÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	17
13.	DA INAPLICABILIDADE DA RESERVA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	18
14.	DA INAPLICABILIDADE DE RESERVA DE COTA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	18
15.	DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.....	18
16.	DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	19
17.	FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	19
18.	DO PAGAMENTO	20
19.	DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	22
20.	PENALIDADES	23
21.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	26

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência visa subsidiar a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de recarga de aparelhos extintores de incêndio, com manutenção, fornecimento e substituição de peças defeituosas e teste hidrostático nas mangueiras de incêndio, instalados nas edificações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, cujos locais e quantitativos estão discriminados nos anexos I, II, III, IV e V do presente termo.

2. OBJETO

Item	Descrição
01	Contratação de pessoa jurídica especializada em recarga de aparelhos extintores de incêndio, com manutenção, fornecimento e substituição de peças defeituosas e teste hidrostático nas mangueiras de incêndio

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente contratação fundamenta-se no dever institucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de assegurar a incolumidade física de seus membros, servidores, prestadores de serviço e usuários, bem como a preservação do patrimônio público, mediante a manutenção de sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico em todas as suas unidades.

A necessidade de intervenção técnica nos equipamentos extintores de incêndio decorre das exigências estabelecidas pelas normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) especificamente a NBR 11861/98 (Mangueiras de Incêndio) e a NBR 12962/16 (Inspeção e Manutenção em Extintores), além de mitigar os efeitos

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

do seu desgaste natural e da obsolescência, assegurando a plena operacionalidade e eficácia do sistema nas hipóteses de emergência.

É importante registrar que a contratação em comento abarca serviço de natureza continuada, cuja interrupção compromete a segurança institucional e o cumprimento de exigências legais e regulamentares perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

Nessa senda, justifica-se a abertura de novo procedimento licitatório, em razão do esgotamento do prazo de vigência do Contrato MPRJ nº 231/2022, com vistas a garantir o correto e adequado funcionamento dos sistemas de prevenção e combate a incêndio nas edificações do MPRJ.

4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO

A execução do contrato deve ter como parâmetro normativos as normas técnicas abaixo indicadas:

NORMA TÉCNICA	ASSUNTO
Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018	Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - COSCIP
NBR-9695	Pó para extinção de incêndio
NBR 15808	Extintores de incêndio portáteis
NBR-11861	Mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio.
NBR 12962	Extintores de Incêndio - Inspeção e manutenção.

Os serviços de recarga e manutenção nos extintores de incêndio deverão ser realizados de acordo com os requisitos da NBR 12962 complementados pelos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ) anexo à Portaria nº 58, de 16 de fevereiro de 2022, do INMETRO. Em caso de discordância, prevalecerão os requisitos do RTQ.



Os serviços serão prestados nos aparelhos extintores e nas mangueiras que se encontram instalados nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme formulário de equipamentos e relação de promotorias de justiça, constantes dos Anexos I, II, III e IV.

Com o fim de melhor delimitar o objeto contratual, revela-se necessário precisar os conceitos de recarga, teste hidrostático e manutenção que se estão a considerar no presente Termo de Referência, conforme segue abaixo:

Recarga: Entenda-se por recarga a reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente.

Teste hidrostático: Entenda-se por teste hidrostático o processo em que os componentes de um sistema, tais como tubos, vasos de pressão são testadas para a verificação de resistência e vazamentos através do enchimento do equipamento com um líquido pressurizado.

Manutenção: Entende-se por manutenção o serviço de caráter preventivo e/ou cuja a execução requer profissional capacitado da empresa registrada no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), ferramental, equipamentos e local apropriados, realizado, obrigatoriamente por empresa registrada no âmbito do SBAC, compreendendo o exame completo do extintor de incêndio, com a finalidade de manter suas condições de operação, de forma a proporcionar confiança de que o extintor de incêndio estará apto a funcionar com segurança e desempenho adequados ao combate de princípio de incêndio, assim define a ABNT NBR 12962.

Manutenção de segundo nível: Conforme define a ABNT NBR 12962, manutenção de segundo nível, o serviço consiste em:

- a) desmontagem completa do extintor de incêndio;
- b) verificação dos componentes roscados conforme Anexo A (NBR 12962);
- c) verificação da necessidade do recipiente ou cilindro de extintor de incêndio a ser submetido ao ensaio hidrostático;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- d) limpeza de todos os componentes e desobstrução (limpeza interna) dos componentes sujeitos a entupimento;
- e) inspeção visual das roscas dos componentes removíveis e verificação dimensional para as roscas cônicas dos cilindros para extintores de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂) e cilindros para gases expelentes (ampolas), conforme Anexo A (NBR 12962);
- f) inspeção das partes internas, utilizando o dispositivo de iluminação interna e externa quanto à existência de danos ou corrosão, conforme Anexo F, descrito no item 5.3.3(NBR 12962);
- g) repintura, quando necessário, descrito no item 5.4 (NBR 12962);
- h) regulagem da válvula de alívio, para extintores de pressurização indireta, conforme item 8.9.4 (NBR 12962);
- i) regulagem estática do regulador de pressão pertencente ao extintor de incêndio de pressurização indireta, conforme 8.9.5, de forma que seja permitida a pressurização do recipiente para o agente extintor até atingir uma pressão estática de 1,4 MPa (14 kgf/cm²) ou conforme manual do fabricante do extintor;
- j) substituição das vedações da válvula, conforme orientações do fabricante do extintor. Na falta delas, fazer conforme boas práticas exame visual dos componentes de materiais plásticos ou borracha, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras;
- l) verificação do tubo-sifão quanto ao comprimento (estabelecido por meio de dispositivo que meça, direta ou indiretamente, a profundidade do cilindro ou recipiente do gargalo ao fundo interno), integridade da rosca, existência de chanfro e demais características que possam comprometer o desempenho do extintor de incêndio; quando verificada a necessidade de troca do tubo-sifão, este deve atender às normas de fabricação do extintor e do manual do fabricante do extintor;
- m) para extintores de CO₂, avaliação visual de todos os componentes do extintor de incêndio, podendo acarretar na substituição dos que não atendam as especificações técnicas;
- n) verificação da condutividade elétrica da mangueira de descarga, conforme ensaio descrito em 8.9.2(NBR 12962);
- o) verificação do indicador de pressão, o qual não pode apresentar vazamento e deve indicar marcação correta quanto à faixa de operação;
- p) fixação dos componentes roscados, com aperto adequado, sendo que, para a válvula de descarga, tampa e mangueira, devem ser adotadas as recomendações do Anexo B (NBR

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

12962);

q) para o conjunto de segurança (bujão, disco e arruela), caso necessária substituição, deve ser adotada a especificação do manual do fabricante do extintor ou fabricante da válvula e a troca do conjunto completo;

r) substituição do quadro de instruções, conforme prescrito no Anexo C (NBR 12962), adequado ao tipo e modelo do extintor de incêndio, se necessário;

s) montagem do extintor de incêndio com os componentes compatíveis previamente verificados e aprovados, ou com componentes substituídos novos que atendam às normas e requisitos técnicos aplicáveis;

t) execução de recarga e pressurização do extintor de incêndio;

u) realização do ensaio de vazamento do extintor de incêndio, conforme descrito em 8.6 (NBR 12962) ou na ABNT NBR 15808 ou ABNT NBR 15809;

v) colocação da trava e lacre;

w) fixação de etiqueta autoadesiva contendo nível de manutenção efetuado, prazo para próxima manutenção de 2º nível (mês e ano) e próxima manutenção de 3º nível (ano);

x) para o caso do extintor de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂) ou cilindro de gás expelente, devem ser efetuadas, nas válvulas, de acordo com 5.3.8.4.1 (NBR 12962), as marcações da massa do extintor de incêndio completo com carga, mangueira, punho e difusor (PC) e da massa do extintor de incêndio completo descarregado (PV). Caso exista essa informação deve-se checar se o PC e PV estão corretos. Caso não estejam, esses dados devem ser corrigidos.

Manutenção de terceiro nível: Segundo a ABNT NBR 12962:

A manutenção de terceiro nível tem caráter preventivo e corretivo, e visa verificar a resistência e as condições de operação do extintor de incêndio e seus componentes.

Os extintores devem ser submetidos a este nível de manutenção em um intervalo máximo de cinco anos, contados a partir de sua data de fabricação ou da realização do último ensaio hidrostático.

Porém, independentemente da data de realização do último ensaio hidrostático, os recipientes e cilindros devem ser submetidos imediatamente a este ensaio, quando não for possível identificar quando se deu o último ensaio hidrostático ou, ainda, quando apresentarem

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

qualquer uma das situações previstas a seguir:

- a) corrosão maior que grau Ri1, definido na ABNT NBR ISO 4628-3, no recipiente, cilindro ou nas partes que possam ser submetidas à pressão momentânea ou que estejam submetidas à pressão permanente, ou nas partes externas contendo mecanismo ou sistemas de acionamento mecânico;
- b) defeito na alça de transporte ou gatilho de acionamento, desde que estes constituam parte integrante de componentes sujeitos à pressão permanente ou momentânea;
- c) submetidos a danos térmicos ou mecânicos.

Quando o extintor for identificado como de aplicação marítima, o intervalo máximo para submissão ao ensaio hidrostático deve ser o especificado na ABNT NBR 12274.

Descrição

A manutenção de terceiro nível inclui:

- a) desmontagem completa do extintor de incêndio
- b) limpeza de todos os componentes e desobstrução (limpeza interna) dos componentes sujeitos a entupimento;
- c) inspeção das partes internas, utilizando o dispositivo de iluminação interna, e externas, quanto à existência de danos ou corrosão, conforme Anexo F (NBR 12962);
- d) verificação dos requisitos do Anexo A (NBR 12962);
- e) identificação do ensaio hidrostático conforme previsto em 5.3.8.4.7 (NBR 12962);
- f) avaliação da necessidade da remoção total ou parcial da pintura dos recipientes ou cilindros (externamente), sendo que a remoção total deve ocorrer, obrigatoriamente, quando for observado o descrito em 5.4.2 (NBR 12962);
- g) execução do ensaio hidrostático dos recipientes e cilindros destinados ao agente extintor e ao gás expelente (quando houver), de acordo com o método de ensaio de 8.4 ou 8.5 (NBR 12962), conforme o caso;
- h) pintura do recipiente ou cilindro, quando necessário, deve ser conforme 5.4.1 (NBR 12962);
- i) determinação da capacidade volumétrica, conforme previsto em 8.7 (NBR 12962), para cilindros de alta pressão, caso não esteja gravada no cilindro ou quando não especificada sua carga nominal;
- j) substituição das vedações da válvula, conforme orientações do fabricante do extintor;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- k) substituição do conjunto de segurança da válvula de descarga dos extintores de incêndio de CO₂ ou cilindros para o gás expelente (arruela, disco e bujão), posteriormente ao ensaio hidrostático na válvula de descarga. Os componentes devem ser indicados pelo fabricante do extintor ou fabricante da válvula;
- l) verificação da resistência à pressão da válvula de descarga, conforme ensaio descrito no item 8.8.2 ou 8.9.3 da NBR 12962;
- m) verificação da resistência à pressão da mangueira de descarga, conforme ensaios descritos em 8.8.1 e 8.9.1(NBR 12962);
- n) regulagem da válvula de alívio, para extintores de pressurização indireta, conforme descrito em 8.9.4(NBR 12962);
- o) regulagem estática do regulador de pressão pertencente ao extintor de incêndio de pressurização indireta, conforme 8.9.5(NBR 12962), de forma que permita a pressurização do recipiente para o agente extintor até atingir uma pressão estática de 1,4 MPa (14 kgf/cm²);
- p) exame visual dos componentes de materiais plásticos ou borracha, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras;
- q) verificação do tubo-sifão quanto ao comprimento (estabelecido por meio de dispositivo que meça, direta ou indiretamente, a profundidade do cilindro ou recipiente do gargalo ao fundo interno), integridade da rosca, existência de chanfro e demais características que possam comprometer o desempenho do extintor de incêndio;
- r) verificação da condutividade elétrica da mangueira de descarga após ensaio hidrostático para extintores com carga de CO₂, conforme ensaio previsto em 8.9.2(NBR 12962), fixação dos componentes roscados com aperto adequado, sendo que para a válvula de descarga, tampa e mangueira devem ser adotadas as recomendações do Anexo B; para o bujão de segurança, deve ser adotado o aperto especificado pelo fabricante do extintor ou fabricante da válvula;
- t) realização do ensaio de vazamento do extintor de incêndio, conforme descrito em 8.6 (NBR 12962) ou na ABNT NBR 15808 ou ABNT NBR 15809;
- u) colocação do quadro de instruções, conforme norma de fabricação do extintor, adequado ao tipo e modelo do extintor de incêndio;
- v) montagem do extintor de incêndio com os componentes previamente verificados e aprovados, ou com componentes substituídos novos que atendam às normas e aos requisitos técnicos do fabricante do extintor;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- w) execução da recarga e pressurização do extintor de incêndio;
- x) colocação da trava e lacre;
- y) fixação da etiqueta autoadesiva contendo nível de manutenção efetuado, prazo para próxima inspeção (mês e ano), manutenção de 2º nível (mês e ano) e próxima manutenção de 3º nível (ano).

- **Para execução imediata:** Recarga e manutenção de segundo nível em 1510 (mil quinhentos e dez) aparelhos extintores (por ano), com fornecimento e substituição de peças defeituosas e teste hidrostático em 336 mangueiras (por ano), com substituição das reprovadas, conforme Anexo I e II.

- **Para Reserva Técnica:** Recarga e manutenção em até 20% do quantitativo total de extintores (por ano) – o que equivale a 303 (trezentos e três) aparelhos extintores (por ano), que poderá ser requerida, durante a vigência do contrato, em substituição a aparelhos extintores que precisaram ser utilizados em combate a princípios de incêndio, conforme Anexo III.

Observações Gerais:

- a) Tendo em vista a aferição de 20% nos itens 1.4 e 1.8 do anexo I, resultarem em valor menor que uma unidade, foi adotado o quantitativo de 01(um) por item, como referência, para o cálculo da reserva técnica, anexo III.
- b) O órgão fiscal do contrato poderá acompanhar a realização da recarga e do teste hidrostático, sempre que julgar necessário.
- c) Os quantitativos indicados nos Anexos I, II, III devem ser entendidos como máximos. A contratada será remunerada em conformidade com o volume de serviço executado no mês de referência.
- d) O início de execução destes serviços não deverá ser superior a 07 (sete) dias úteis contados a partir da data de envio, por parte do contratante, do cronograma de manutenção anual.

5. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

5.1. Os serviços serão executados nos endereços dos prédios do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, constantes do Anexo IV do Termo de Referência.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A retirada e a entrega dos equipamentos deverão ocorrer com a autorização do órgão fiscal do contrato, que comunicará a supervisão da promotoria, para acompanhamento do procedimento de retirada, entrega e controle dos serviços contratados.

6.2. A contratada deverá retirar os equipamentos nos locais determinados na Capital e nos demais Municípios do Estado do Rio de Janeiro, constantes no Anexo IV, bem como devolvê-los no local de retirada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, por lote ou unidade retirada, a contar da data de sua saída.

6.3. A retirada e a entrega dos extintores e mangueiras serão realizadas em horário comercial, entre 08:00 e 18:00 horas, em conformidade com o agendado com o órgão fiscal do contrato.

6.4. Deverá ser emitido recibo de retirada e entrega dos aparelhos extintores e mangueiras, expedido em 2 (duas) vias, permanecendo uma no local da entrega e outra em poder da contratada.

6.5. Ao retirar os extintores e mangueiras para manutenção, a contratada deverá deixar, em substituição, durante o período da manutenção, o equivalente, em unidades, a 50% do quantitativo, como cobertura dos equipamentos retirados em cada local.

6.6. Todo o transporte a ser executado em função do recolhimento e da entrega será única e total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco, inclusive fretes, pedágios, embalagens, carga e descarga.

6.7. A contratada deverá relacionar os extintores e mangueiras recolhidas, com o número de identificação gravado no equipamento.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

6.8. Após o teste hidrostático nas mangueiras, a contratada deverá emitir o certificado de inspeção e manutenção em cada mangueira inspecionada.

6.9. Quando o equipamento (mangueira de incêndio) não for aprovado no teste, a contratada deverá emitir laudo técnico informando a não conformidade do equipamento e após a cientificação e aprovação do órgão fiscalizador, a mangueira deverá ser substituída por uma nova com características equivalentes e o faturamento desta se dará nos termos do presente Termo de Referência.

6.10. Ao final dos serviços contratados será elaborado relatório de todas as atividades desenvolvidas, que deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato.

7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

7.1. A contratada deverá prestar garantia dos serviços executados por, no mínimo, 01 (um) ano, com emissão do Certificado de Responsabilidade e Garantia – CRG.

7.2. Todos os serviços deverão ser realizados por pessoal qualificado, observando rigorosamente o estabelecido nas normas técnicas da ABNT.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica da licitante interessada deverá ser comprovada através de:

8.1. Prova do Registro da licitante e de seus respectivos técnicos no CREA ou CAU, habilitando-a aos serviços objeto da licitação.

8.2. Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a celebração de contrato pela licitante cujo objeto seja a prestação de serviço de recarga de aparelhos extintores de incêndio e teste hidrostático nas mangueiras de incêndio. Somente serão aceitos atestados que comprovem, de forma

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

concomitante, que a licitante executou os referidos serviços pelo período mínimo de 01 (um) ano, abrangendo, no mínimo, 200 (duzentos) aparelhos extintores de incêndio e 100 (cem) mangueiras de incêndio submetidas a teste hidrostático.

8.3. Os quantitativos e o período exigidos deverão estar expressamente consignados no respectivo atestado, de modo a evidenciar a aptidão técnica da licitante para a execução do objeto pretendido.

8.4. Os licitantes deverão apresentar o Certificado de Conformidade e Declaração de Conformidade do Fornecedor junto ao INMETRO, conforme Portarias INMETRO 108/2022 e 58/2022.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços objeto do presente Termo de Referência no prazo previsto e de acordo com as especificações nele contidas, seguindo as orientações do Ministério Público. Qualquer alteração nas atividades especificadas no presente Termo de Referência e anexos deverá ser previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

9.2. Fornecer materiais, equipamentos e pessoal necessários ao perfeito desempenho dos serviços contratados, assumindo todos os custos decorrentes deste fornecimento, inclusive tributos, contribuições fiscais e encargos trabalhistas, securitários e previdenciários.

9.3. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.4. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

9.5. A CONTRATADA deverá garantir que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

9.6. Fornecer a relação nominal dos empregados em serviço nas instalações do MPRJ, e demais dados, quando solicitado pelo Órgão Fiscalizador.

9.7. Comunicar, por escrito, ao órgão fiscalizador, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços.

9.8. Cumprir, rigorosamente, todas as disposições das Normas Regulamentadoras, promovendo medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPIs necessários e compatíveis com as funções por eles desenvolvidas, fiscalizando seu uso obrigatório e exigindo-lhes que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

9.9. Refazer, imediatamente, sem custos adicionais, todos os serviços que se revelarem insatisfatórios.

9.10. Cumprir todas as leis, regulamentos, posturas e normas em vigor concernentes aos serviços de sua responsabilidade, e deverá assumir as responsabilidades decorrentes de infrações destas, inclusive o pagamento de multas e obrigações com terceiros.

9.11. Tomar os devidos cuidados para não danificar as instalações do Ministério Público em pleno desenvolvimento de suas atividades.

9.12. Responsabilizar-se pela matrícula individual dos serviços no Conselho Regional de Engenharia – CREA, devendo apresentar ao Ministério Público os documentos comprobatórios respectivos até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato e manter o registro ativo durante toda a duração junto ao Órgão, enviando a fiscalização, o documento atualizado, sempre que a validade do mesmo expire.

9.13. Garantir que os profissionais empregados nos serviços possuam identificação funcional individualizada, para controle de acesso interno às instalações.

9.14. Submeter-se à FISCALIZAÇÃO designada pelo Ministério Público, na execução dos serviços contratados.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

9.15. Informar ao CONTRATANTE o nome de seu preposto com poderes para dirimir as questões contratuais.

9.16. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no Contrato.

9.17. Executar o cronograma de manutenção anual, apresentado pela contratante, nas datas e endereços indicados.

9.18. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência, esclarecer o conteúdo, orientar a atuação e obter o consentimento formal dos seus empregados e/ou contratados, que atuem direta e indiretamente na execução dos serviços e/ou atividades objeto deste contrato, mediante a subscrição do Anexo (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo), devidamente preenchido.

9.19. A subscrição do Anexo (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo), assim como a sua entrega ao Órgão Fiscalizador do Contratante, deverá ocorrer antes do início do efetivo exercício das atividades por cada signatário vinculado à CONTRATADA.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Cumprir fielmente as disposições do contrato.

10.2. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada a este Termo de Referência.

10.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete interrupção na execução do Contrato.

10.4. Manter contato permanente com a empresa CONTRATADA, visando à coordenação de todas as ações relacionadas ao atendimento ao objeto deste instrumento.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

10.5. Permitir à CONTRATADA acesso as áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste Termo de Referência, desde que estejam devidamente identificados.

10.6. Designar representante para exercer a FISCALIZAÇÃO, acompanhamento e recebimento das diversas etapas do presente Termo de Referência.

10.7. Rejeitar, totalmente ou em parte, os serviços quando não se verificar a descarga prévia do material antigo, ficando o ônus do seu refazimento a cargo da CONTRATADA.

10.8. Rejeitar qualquer peça que não esteja de acordo com as exigências, ou aquela que não seja comprovadamente nova, assim considerada de primeiro uso.

10.9. Efetuar, sempre que necessário, o ensaio de funcionamento em 03 (três) extintores de incêndio, escolhidos aleatoriamente, com intuito de verificar se eles funcionam adequadamente. Tal verificação deverá ser realizada na presença da CONTRATADA, que será responsabilizada pela manutenção e recarga dos extintores utilizados no referido ensaio, aplicando-se a penalidade cabível caso o teste realizado constate execução irregular do serviço.

10.10. Aplicar à empresa CONTRATADA as penalidades cabíveis, previstas neste instrumento, toda vez que essa infringir ou incorrer em qualquer das situações consignadas no Termo de Referência como passíveis de medidas punitivas ou indenizatórias.

10.11. Zelar permanentemente pelo fiel cumprimento a todos os demais termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, visando sanar os possíveis contratemplos e dar imediata solução às situações imprevistas ou emergenciais porventura ocorridas durante a vigência do contrato.

10.12. Comunicar, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando e fixando prazos nos casos que exijam providências corretivas.

10.13. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto licitado em desacordo com o Termo de Referência.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

10.14. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada.

10.15. Aplicar multas ou rescindir o contrato caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

10.16. Rescindir o contrato, se necessário, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.17. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais e de segurança do trabalho vigentes.

10.18. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.19. Elaborar cronograma de manutenção anual e apresentar à contratada para execução, em até 05 (cinco) dias úteis após a reunião inicial indicada no item 9.2.

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A natureza do objeto da contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 2º da Resolução GPGJ nº. 1.433/2008 que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

12. DA INCIDÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Considerando o disposto no artigo 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006, que regulamenta o comando constitucional contido no artigo 179 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como o disposto na Resolução GPGJ 2.058/2016, que possui igual desiderato, não se revela possível a reserva de cota de até 25% do objeto da contratação destinado a microempresas e empresas de pequeno porte na presente hipótese, tendo em vista que o valor da contratação ultrapassa o limite estabelecido no citado dispositivo.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

13. DA INAPLICABILIDADE DA RESERVA DE COTAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em que pese o disposto na lei estadual 4.340/2004 e na Resolução GPGJ 2.037/2016, o comando normativo contido nestes diplomas não é compatível com objeto de contratação do presente Termo de Referência, por não se tratar de contrato de prestação de serviços.

14. DA INAPLICABILIDADE DE RESERVA DE COTA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Apesar do disposto na lei estadual 7.382/2016, o comando normativo contido neste diploma não é compatível com objeto de aquisição no presente Termo de Referência, por não se tratar de contrato de prestação de serviços.

15. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. Os licitantes deverão apresentar propostas para os serviços de recarga e manutenção com fornecimento e substituição de peças e retestes nas mangueiras de acordo com a Planilha de Formação de Preços - Anexo V.

15.2. Os licitantes deverão elaborar a proposta de forma que, além do valor global para a prestação dos serviços, apresente também os valores unitários.

15.3. Nos preços cotados deverão estar inclusos todas as despesas de custo, fretes, transporte, armazenagem, carga, descarga, seguro, impostos, taxas, diárias, montagem, instalação e testes dos equipamentos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento e instalação dos materiais deste Termo de Referência.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

15.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Termo de Referência, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

16. DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação a ser utilizado será o de menor valor global.

17. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A CONTRATADA deverá credenciar, por escrito, junto ao órgão fiscalizador do contrato, um representante com poderes para tomar qualquer providência relativa ao contrato.

17.2. A indicação do preposto deverá ocorrer na reunião inicial realizada entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, que ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da nota de empenho, em conformidade com o agendado pelo órgão fiscal do contrato.

17.3. A alteração de preposto deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias úteis, observando as mesmas formalidades exigidas quando da indicação inicial.

17.4. A CONTRATADA deverá indicar canais que permitam a pronta comunicação do Órgão fiscalizador do contrato com o preposto indicado, por mensagem eletrônica e comunicação telefônica.

17.5. O preposto indicado deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, aos relatórios solicitados e a todas as demais questões referentes ao serviço contratado.

17.6. O órgão fiscalizador do contrato será a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, por intermédio da Gerência de Brigada de Incêndio, ao qual incumbirá o aceite e fiscalização do cumprimento das obrigações discriminadas neste Termo de Referência, bem como a resolução

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

de eventuais intercorrências que sejam verificadas no curso da execução do contrato, sendo tudo comunicado à Administração.

17.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

17.8. A contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a fatura/nota fiscal na hipótese de desconformidade com o especificado no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado, mensalmente e o valor será correspondente aos serviços efetuados dentro do mês de referência.

18.2. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.

18.3. A não apresentação ou apresentação de quaisquer das referidas documentações com a validade expirada implicará na suspensão do pagamento da fatura, até que sejam providenciados os documentos solicitados.

18.4. Caso o MPRJ venha a solicitar outros documentos para atendimento dos encargos e das obrigações da CONTRATADA, até que seja suprida a exigência, não será efetuado o pagamento à CONTRATADA.

18.5. O pagamento ocorrerá até 20 (vinte) dias corridos após a apresentação da Fatura ou Nota Fiscal e demais documentos pela CONTRATADA, mediante apresentação pela CONTRATADA, no Protocolo-Geral, situado na Avenida Marechal Câmara, nº 370, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, da fatura, instruída com o necessário Atesto de Aceite, firmado pelo Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE na respectiva nota fiscal, conforme disposto no Contrato.

20

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

18.6. A CONTRATADA poderá encaminhar a fatura, acompanhada da documentação, por e-mail ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, através do endereço eletrônico csi.brigada@mprj.mp.br.

18.7. Após a conferência da documentação e atesto da nota fiscal, o CONTRATANTE deverá protocolar a cobrança, através do Protocolo-Geral ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MPRJ).

18.8. Na hipótese do item 14.6, a fatura deverá ser encaminhada pela CONTRATADA, em dias úteis, até às 15:00hs. As faturas enviadas após esse horário serão consideradas recebidas pelo órgão fiscalizador do contrato no primeiro dia útil subsequente.

18.9. São documentos necessários à instrução do processo de pagamento:

18.9.1. Carta de requerimento de pagamento timbrada mencionando:

- a) Número do contrato;
- b) Mês do serviço;
- c) Descrição do serviço
- d) Valor total

18.9.2. Nota(s) fiscal(s) de serviço(s);

- a) Relatório de Medição dos serviços executados;
- b) Nota de Empenho; e
- c) Comprovantes de execução dos serviços.

18.10. A falta das referidas peças sobrestará todos os procedimentos para o pagamento, até que sejam providenciados.

18.11. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou da nota fiscal, ou documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará no consequente atraso da liquidação da obrigação do CONTRATANTE.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

18.12. As formas de pagamento são as usuais do Estado, por intermédio do processo de fatura, em conformidade com a Lei nº 287/79 e Decreto nº 16.661/91, mediante crédito em conta corrente, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito da CONTRATADA.

18.13. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação obrigação financeira imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O prazo inicial de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, sendo admitida prorrogações contratuais sucessivas, quando comprovada a obtenção de preços e condições contratuais mais vantajosas para a Administração, em comparação com o mercado à época, respeitada a legislação vigente.

19.2. A decisão pela definição de prazo contratual superior a 12 (doze) meses justifica-se pelos seguintes motivos:

19.3. A prestação do serviço de recarga de aparelhos extintores de incêndio com manutenção, fornecimento e substituição de peças, bem como de realização teste hidrostático nas mangueiras de incêndio é de natureza continuada, e não pode sofrer interrupções, tornando indesejável a realização de constantes processos de contratação no curto prazo.

Neste caso, a definição de prazo contratual exíguo implicaria na constante dedicação de recursos humanos especificamente para processos de Planejamento da Contratação, considerando que os trabalhos de renovação/prorrogação são deflagrados com pelo menos 180 dias de antecedência (em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União esposada no Acórdão nº 728/2008 – 1ª Câmara).

19.4. A contratação do serviço pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses permite a projeção de amortização de custos ao longo da execução do contrato, com a consequente redução do preço total.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

20. PENALIDADES

20.1. O regime de penalidades decorrentes da inadequada execução do contrato observará a disciplina abaixo delineada, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, nos termos do artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e outras sanções previstas na lei civil.

20.2. Serão consideradas infrações administrativas as descritas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

20.3. A prática das condutas anteriormente mencionadas sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades descritas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - advertência;

II – multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.4. A disciplina de aplicação das penalidades seguirá o regime jurídico disciplinado nos parágrafos do supracitado dispositivo e a espécie de penalidade aplicada será definida por órgão próprio do Ministério Público.

20.5. No que tange à pena de natureza pecuniária, considerando sua repercussão sobre o patrimônio da CONTRATADA, deverá ser observado o seguinte regime:

Multa

20.6. A pena de multa será aplicada em decorrência da mora da CONTRATADA no adimplemento de obrigação contratualmente prevista, bem como nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

Multa moratória

20.7. Multa de mora no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor global atualizado do contrato, a partir do primeiro até o vigésimo dia útil de atraso.

Multa por inexecução parcial ou total

20.8. Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação - 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

20.9. A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da CONTRATADA, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.

20.10. A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.

20.11. A comissão de contratação deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.

20.12. A multa por inexecução total ou parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, no percentual de 30% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução total, ou de até 15% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução parcial.

20.13. A aplicação de sanção de multa pode ser aplicada isolada ou conjuntamente com as demais penalidades previstas, nos termos do §7º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

20.14. A sanção pecuniária poderá ser reduzida equitativamente pela autoridade administrativa competente caso revele-se desproporcional no caso concreto, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

20.15. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. Se, porém, a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente, nos termos §8º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

20.16. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o montante será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

21. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Requisitante

Diogo Gonçalves Pécora

Divisão de Segurança Institucional - DSI/CSI

Integrante técnico

Ricardo Silva da Rocha

Divisão de Segurança Institucional - DSI/CSI

Integrante Administrativo

Aline Gorni Lyra

Assessoria de Convênios e Contratos - ACC/CSI

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Anexo - **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

_____, doravante designado simplesmente **PRESTADOR DE SERVIÇOS**, inscrito no CPF nº _____, compromete-se, pelo presente termo, a utilizar restritamente dentro do âmbito de suas atribuições e não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais de que tenha conhecimento por força de suas funções perante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, doravante simplesmente designado MPRJ, respeitando o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na Resolução nº 281/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Considerando que:

- I. **dado pessoal** é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- II. **dado pessoal sensível** é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- III. **dado anonimizado** é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- IV. **titular** é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- V. **tratamento** é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

- VI. **anonimização** é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- VII. **consentimento** é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- VIII. **bloqueio** é a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
- IX. **eliminação** é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- X. **uso compartilhado de dados** é a comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

O MPRJ possui acesso privilegiado a diversas informações pessoais – seja por meio físico ou digital – de servidores públicos, jurisdicionados, prestadores de serviços e cidadãos. Em regra, essas informações são necessárias para garantir o efetivo exercício das atividades administrativas e de competência constitucional deste Ministério Público.

As informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável – e em especial os dados pessoais sensíveis – requerem proteção especial por razão de lei. Assim, o presente termo é ferramenta necessária para este MPRJ ampliar as medidas já existentes de segurança da informação, a exemplo da Política de Privacidade, e aprimorar a proteção dos dados pessoais no âmbito de sua atuação, em especial diante da vigência da Lei nº 13.709/2018.

Neste ato, o Prestador de serviços reconhece que tem acesso a informações pessoais em razão do exercício de suas funções neste MPRJ, inclusive podendo ter acesso a dados pessoais sensíveis.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O Prestador de serviços compromete-se a tratar todas as informações pessoais a que tenha acesso por força de suas funções perante o MPRJ com o máximo nível de zelo e assegurar que essas informações não serão divulgadas a terceiros não autorizados – incluindo servidores ou empregados terceirizados que não se encontrem diretamente envolvidos nas atividades específicas.

O Prestador de serviços assegura que, ao tratar dados pessoais, observará a boa-fé e os princípios elencados na LGPD, quais sejam: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, e que apenas realizará tratamento de dados pessoais no âmbito de sua área de atuação e para propósitos legítimos, específicos e explícitos - sem possibilidade de tratamento de forma incompatível com as finalidades públicas definidas. Nesse sentido, o Prestador de serviços compromete-se a não guardar cópia ou registro particular de informações pessoais a que teve acesso por força de suas atribuições perante o MPRJ, bem como a restituí-lo, a qualquer momento, por requisição do MPRJ.

O MPRJ compromete-se a adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas para promover a segurança do tratamento de dados pessoais decorrente de suas atividades, seja em trabalho presencial ou remoto.

O Prestador de serviços compromete-se a informar imediatamente ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPRJ acerca de qualquer violação das regras de compromisso e não divulgação relacionadas ao tratamento de dados pessoais que tenham ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

Local: _____

Data: ____/____/____

Nome do Prestador de Serviços

CPF: _____